

*Elas têm a palavra: pensando gênero, juventude e criminalidade
a partir das narrativas femininas*

Elas têm a palavra: pensando gênero, juventude e criminalidade a partir das narrativas femininas

Ana Paula Maciel Soukef Mendes¹

Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros²
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado “Juventude, Gênero e Criminalidade: história oral de vida de meninas em conflito com a lei”, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, linha de pesquisa “História, Cultura e Cidadania”. Esta pesquisa tem por objetivo traçar um diálogo entre gênero, história oral e a criminalidade juvenil feminina. A partir das histórias de vida de meninas inseridas no Programa Municipal de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto (PEMSE), este trabalho traz reflexões sobre a importância da história oral no resgate de memórias e identidades marginalizadas.

Palavras-chave: História Oral; Gênero; Juventude e Criminalidade.

1 Jornalista e mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

2 Doutora em Serviço Social e professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

HISTÓRIA ORAL EM DEBATE

“Caminhante, são teus rastros o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, faz-se o caminho ao andar”. As palavras do poeta espanhol António Machado podem ser compreendidas como o próprio trajeto da pesquisa em História Oral. Trabalhar com narrativas orais é trabalhar com o imprevisível, o inusitado, o não-dito, enfim, tudo o que é humano. O caminho da pesquisa em História Oral nunca está dado, pronto e acabado, mas está em eterna construção; construção de significados, construção de tramas entre falas que se cruzam e construção de identidades.

Joutard (1995) fala de três gerações da História Oral. A primeira, nos anos 50, período em que historiadores norte-americanos empenham-se em recolher material para os historiadores futuros. De início, preocupam-se apenas com os homens notáveis. A segunda geração, nos anos 60, surge em meio ao clima de mudanças promovidas pelos movimentos sociais. Segundo Joutard (1995, p. 45), “não mais se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim “de uma outra história” [...] que valoriza os vencidos, os marginais e as diversas minorias, operários, negros, mulheres”. A partir de 75, pode-se identificar uma terceira geração da História Oral, quando grupos começam a se constituir em diferentes países. Surgem neste período revistas, associações e eventos/colóquios (nacionais e internacionais) para discussão da História Oral. Este foi um período de reflexões epistemológicas e metodológicas sobre a produção do conhecimento histórica, os projetos ganham maior profissionalização e se passa a contestar a idéia de que a entrevista permite acessar diretamente a realidade. David Dunaway ainda fala de uma quarta geração da História Oral, na década de 90, influenciada pelos movimentos críticos pós-modernistas, que tem como principal marca a valorização da subjetividade.

A História Oral abarca diferentes definições e conceitos. Para Meihy (2007) é essencial compreender que a História Oral não se reduz à realização de entrevistas. Para este autor, a História Oral é uma prática complexa, que integra diferentes etapas e procedimentos, que vão desde a elaboração de um projeto de pesquisa, ao planejamento, execução e transcrição/transcrição das entrevistas, sem esquecer a autorização para o uso das falas. Em História Oral a palavra não existe como uma ação isolada. Os gestos, os risos, os silêncios e as expressões faciais são de fundamental importância.

Para Meihy (2007) a História Oral não pode ser pensada exclusivamente para tapar buracos ou lacunas deixadas pelos documentos. A História Oral possui uma dinâmica própria, revela e constrói uma forma diferenciada de História, reconhecendo a importância da subjetividade, percepções e experiências dos indivíduos.

Guarinello (1998) em sua “Breve arqueologia da história oral” defende que ela é inevitavelmente uma zona de fronteira, entre a academia e o mundo real, entre a memória cientificamente produzida dos historiadores e as memórias individuais, no que elas têm de pessoal e coletivo. Comparando o trabalho do arqueólogo ao do oralista, o autor diz que enquanto o arqueólogo trabalha com vestígios dados, fixos, os oralistas trabalham com vestígios fluídos, e em grande parte são responsáveis pela produção dos próprios vestígios, são co-autores. A História Oral não se debruça sobre arquivos mortos, mas sim sobre memórias vivas, dinâmicas, humanas e confusas, e para a maior

parte dos defensores da História Oral, essa subjetividade é o que há de mais fascinante, inovador e encantador.

Lozano (1994, p. 16) define a História Oral como “um espaço de contato e influência interdisciplinares [...] com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais”.

HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DAS MULHERES

É preciso reconhecer a existência de uma profunda ligação entre a história oral e a história das mulheres. Salvatici (2005) defende que desde o início a história oral e a história das mulheres têm apresentado significativas proximidades. Ambas foram amplamente disseminadas pelos movimentos sociais e políticos dos fins dos anos 60, e partem da idéia de resgate de uma história oculta. Ambas atuam na perspectiva de inserção de novas vozes na História. Pode-se pensar estes movimentos como “crescendo juntos”. De acordo com Salvatici (2005), o objetivo político do movimento feminista era dar valor e visibilidade às experiências femininas, e a história oral forneceu um caminho teórico e metodológico para isso.

A história oral de mulheres permitiu e continua a permitir a produção de um novo material histórico, a partir de novas perspectivas, valorizando e dando visibilidade às experiências femininas, escassas na história tradicional. A simbiose entre a história oral e a história das mulheres, desde o início tão próximas, se tornou mais complexa a partir dos anos 80.

O reconhecimento da pluralidade foi (e ainda é) um alerta aos pesquisadores contra quaisquer assertivas abrangentes nas relações entre gênero e memória; isso, de certa forma, fragmentou a simples celebração de narrativas orais de mulheres que caracterizou os anos 1970. O conceito de pluralidade destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões, ou nações. O que era considerado “a voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas [...] (SALVATICI, 2005, p.32).

Outra importante pesquisadora que traça significantes relações entre a história oral e a história das mulheres é Margareth Rago. Em um importante trabalho, Rago (2002) usa a história oral para resgatar as memórias de Luci Fabri, militante italiana anarquista, valorizando a subjetividade e as percepções da militante.

O contato com essa senhora erudita e reflexiva, profundamente aberta à vida, fez-me inevitavelmente pensar na utilidade da história, na importância da preservação da memória, sobretudo daquela silenciada pelos jogos de poder e, mais ainda, levou-me a valorizar os aportes da história oral (RAGO, 2002, p. 32).

A autora ainda enfatiza que a possibilidade despertada pela história oral através das narrativas (as cores, os cheiros e as emoções que o texto permite) são possibilidades

que dificilmente se encontram nos textos históricos tradicionais, já que a maior parte deles insiste em uma pretensa objetividade histórica. Nesta mesma direção, a história das mulheres rompe com a dimensão masculina/falocêntrica predominante nas narrativas, despertando assim novas sensações e percepções da História.

Não apenas a história oral é utilizada como meio de valorizar as experiências femininas. Principalmente a partir dos anos 60 vários historiadores vão voltar a atenção para documentos antes considerados sem relevância histórica, entre eles as cartas, os diários, as anotações cotidianas. A historiadora francesa Michelle Perrot, em seu belíssimo trabalho com cartas e diários femininos, vem romper com o que chama de “um oceano de silêncio”. De acordo com Perrot (2005, p. 09) para as mulheres “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento”. Em seus estudos Perrot debruça-se sobre os arquivos privados, já que os grandes arquivos públicos centram sua atenção sobre os homens e o pouco que se diz sobre a mulher não foge ao que foi denunciado por Simone de Beauvoir em 1949 (“toda a história das mulheres foi feita pelos homens”). Perrot (2005) acredita que o desenvolvimento da história oral, e a prática de valorização das narrativas femininas no século XX, é de certa maneira uma revanche das mulheres.

VOZES FEMININAS

Quando se fala em narrativas femininas é importante reconhecer a existência de certas lacunas deixadas pela história, principalmente no que se refere à história de mulheres marginalizadas em sua sociedade. Este trabalho, a partir do reconhecimento da importância dos relatos de vidas femininas, procura trazer para o centro da discussão as experiências de meninas inseridas no programa sócio-educativo PEMSE, na cidade de Ponta Grossa – PR.

O Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto de Ponta Grossa (PEMSE) é um programa de cooperação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Juízo da Vara da Infância e Juventude de Ponta Grossa. O PEMSE foi implantado no município em 2003, com objetivo de fornecer maior estrutura no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, em conformidade com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O PEMSE conta atualmente com um total de 457 adolescentes (dados referentes ao mês de Maio/2011), sendo 381 do sexo masculino e 76 do sexo feminino.

A existência de um número bem maior de meninos na instituição evidencia uma questão relevante no âmbito do gênero. Os números da criminalidade juvenil feminina em Ponta Grossa são bem menores que os números da criminalidade juvenil masculina. Essas estatísticas nos levam a refletir sobre a existência de papéis sexuais diferenciados entre homens e mulheres e sobre a construção social do gênero. Para Minayo (2005, p. 24) a questão da violência está atravessada pelo gênero. Nas palavras da autora: “Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia [...] o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência”. Ou seja, para a autora há uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de

pessoas, das guerras e das conquistas, o masculino é o lugar permitido para o exercício da violência. Já para as mulheres cabe um papel atribuído de docilidade e cuidado, cuidado com a casa, a família etc.

Para a construção desta pesquisa foram trabalhadas as histórias de vida de seis meninas, e todas elas, de alguma forma, evidenciam a construção social dos papéis de gênero. Alice¹, 17 anos, em cumprimento de medida sócio-educativa por agredir fisicamente uma colega de escola, em vários momentos de sua fala traz à tona a questão de gênero:

Pra falar a verdade a minha infância foi de um jeito que eu não queria que fosse. Primeiro eu fui abandonada pelo meu pai, eu ainda nem tinha nascido. Minha mãe estava grávida quando ele nos deixou [...] porque ele sempre quis piá, nunca quis menina.

Às vezes alguém chega e fala assim pra mim: “ai você, uma menina tão bonita ficar brigando, não faça assim”. Mas sei lá...

Eu não vou deixar minha casa por causa de namorado, que nem minha irmã, casou, descasou, só sofrimento. Prefiro mesmo ficar aqui, porque aqui eu sei que eu tenho de tudo, a hora que eu precisar eu tenho. Eu não quero casar não, até tô pensando bem antes de arrumar namorado [risos]. [...] Eu não saio da minha casa se for pra apanhar de homem. Isso pode ter certeza.

Outra questão importante revelada nas falas das meninas refere-se à construção social da adolescência e da juventude. Pesquisar o mundo juvenil é, por inúmeros fatores, adentrar em um cenário plural e multifacetado, a começar pela indefinição sobre o que é ser jovem. No artigo “Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais”, os autores Helena Virgínia de Freitas e Oscar Dávila León refletem sobre as relações e indefinições existentes entre os termos adolescência e juventude. Para eles, o uso destes termos ora se superpõem, ora constituem campos distintos. A definição de juventude pode ser feita a partir de diferentes pontos de partida, seja como faixa etária, período da vida, contingente populacional, categoria social ou geração. Todas, porém, se referem a uma fase entre a infância e a maturidade.

De acordo com os autores, a concepção sociológica clássica marca o fim da juventude a partir de cinco dimensões: terminar os estudos, sair da casa dos pais e tornar-se responsável por uma moradia, casar e ter filhos. Porém essas condições devem ser relativizadas e não bastam para caracterizar este estágio da vida. Há de se levar em conta a coexistência de características tanto da fase adulta como da infância no período da juventude. Há uma tendência, a partir de critérios estabelecidos pelas Nações Unidas, de considerar a juventude como a faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos. Mas, como defende o artigo, isto pode variar muito, de acordo com cada jovem e em cada país. O preparo psicológico, as peculiaridades do mundo juvenil, as relações sociais e outras especificidades devem ser levadas em conta nesta definição. A questão etária é muito restrita quando se vai a fundo ao significado do que é ser jovem, como evidenciam os autores:

Um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Por esta razão, não se pode estabelecer um critério de idade universal que

seja válido para todos os sectores e todas as épocas: a idade se transforma somente em um referente demográfico (ABRAMO;LEÓN, 2005, p. 13).

Para além da indefinição etária, o mundo juvenil também se mostra complexo quando se busca compreender as características da juventude. Em seu artigo “O jovem como sujeito social”, Juarez Tarcisio Dayrell mostra que existe uma série de formas de interpretar este período da vida. Segundo o autor, uma das concepções mais arraigadas no imaginário social é a de que a juventude pode ser vista em sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é entendido como alguém que ainda não chegou a ser, e suas ações no presente são apenas uma preparação para a maturidade. Para Dayrell, esta é uma visão extremamente simplista e marcada por negatividade. Outra óptica tradicional para se entender a juventude é a idéia de uma fase de liberdade, prazer e comportamentos exóticos, caracterizando-se como uma visão romântica desta etapa da vida. Esta concepção traz a idéia de hedonismo e irresponsabilidade. Neste contexto, também há outras tendências, como a que percebe o jovem reduzido ao campo da cultura ou como um momento de crise, dominado por conflitos internos e problemas familiares.

Fugindo das concepções clássicas e rígidas, Dayrell defende que a juventude deve ser vista a partir da diversidade. De modo algum a juventude se reduz a uma simples passagem para a vida adulta. Esta fase assume uma importância enquanto fase real. Tendo isto em vista, o autor defende que ao invés de ‘juventude’, devemos falar em ‘juventudes’. Uma época marcada por transformações concretas e peculiaridades. Partindo desta concepção, Dayrell defende o jovem como um sujeito social, marcado por uma historicidade, portador de desejos e movido por desejos, com determinada origem familiar, com relações sociais e que ocupa um lugar social específico.

Essa pluralidade apontada por Dayrell está muito presente nas histórias de vida trabalhadas pela pesquisa. As meninas participantes têm entre 15 e 17 anos. Algumas delas se vêem como adultas, ao passo que outras se vêem como adolescentes. Estas diferenças podem ser percebidas como nuances provenientes das histórias e experiências pessoais. Algumas meninas foram lançadas à vida de mãe muito cedo, e tiveram (forçosamente ou não) a necessidade de construir um mundo de responsabilidade, um mundo de cuidar do outro. Para algumas, isto é percebido como um fato natural e esperado, outras por sua vez revelam que não se sentiam (ou ainda não se sentem) aptas para a maternidade.

As falas trabalhadas nesta pesquisa revelam inúmeros aspectos sobre o ser mulher, ser mãe, ser jovem, ser marginalizado. Este artigo procurou destacar a importância e o valor destes relatos, enfatizando a relevância da história oral de mulheres. Toda entrevista, e talvez este seja o maior dos encantos da história oral, pode ser olhada sob inúmeros e diferenciados aspectos. Este artigo procurou enfatizar dois deles: gênero e juventude, na tentativa de mostrar como essa relação se constrói no cotidiano, como apresenta nuances e como gênero e juventude devem ser compreendidos de maneira relacional.

Abstract: *The present work make part of the master's research "Youth, Gender and Criminality: oral history of girls in conflict with the law", part of the program of post-graduate in Social Sciences in State University of Ponta Grossa, line "History, Culture and Citizenship". The research aims create a dialogue between gender, oral history and female criminality. From the life history of girls inserted in the municipal social program PEMSE the work brings reflections about the importance of oral history to recovery memories and identities marginalized.*

Key words: *Oral History; Gender; Youth and Criminality.*

BIBLIOGRAFIA

Burke, Peter. (1992) *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

Chizzotti, Antonio (2006) *História de Vida*. In: *Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais*. Vozes. Petrópolis, RJ.

Dayrell, J. T. (2002) O jovem como sujeito social. Reunião Anual da ANPED, 25, 2002, Caxambu. Anais...Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 10/09/2004.

Freitas, M. V.(org) *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_booklibrary&task=view&catid=29&id=113&Itemid=124>. Acesso em 23/05/2009.

Guarinello, N.L. (1998) *Breve arqueologia da história oral*. *Revista História Oral*, 1, 1998, p. 61-65. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br>.

Meihy, J.C.S.B. (2005) *Manual de História Oral*. 5 ed. Edições Loyola. São Paulo.

Meihy, J.C.S.B., HOLANDA, F. (2007) *História oral: como fazer, como pensar*. Contexto. São Paulo.

Meihy, J.C.S.B. (2006) *Augusto & Lea: uma caso de (des)amor em tempos modernos*. Contexto. São Paulo.

Minayo, M.S. (2005) *Laços perigosos entre machismo e violência*. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 10, n. 1, p. 23-26.

Prins, G.(1992) *História Oral*. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*, Peter Burke (org). Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

Rago, M. (2002) *Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri*. *Revista de História Oral*, 5, p. 29 – 44.

Salvatici, S. (2005) *Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. *Revista de História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29 – 42, jan-jun 2005.

Santos, A.P. *Trajetória da história social e da nova história cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho*. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, Tecnologia e Civilização, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

Sharpe, J. (1992) *A história vista de baixo*. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*, Peter Burke (org). Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

Spivak, G.C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Editora UFMG. Belo Horizonte.

Recebido: novembro de 2011.

Aprovado: março de 2011.